

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

INTERAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS E A ATIVIDADE REEXPORTADORA NA FRONTEIRA
BRASIL-PARAGUAI.

Eliana Lamberti (UEMS)

Tito Carlos Machado de Oliveira (UFMS)

INTERAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS E A ATIVIDADE REEXPORTADORA NA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI.

A fronteira pode ser descrita como o limite que separa as nações, coloca em evidência as identidades e algo que dilui esses processos por indicar um espaço de tangência e por isso de potenciais identificações e de possibilidades sociais, culturais, econômicas e políticas. Essas possibilidades são elásticas e mutáveis perante os novos elementos que definem a dinâmica territorial. Embora as fronteiras sejam definidas numa escala intranacional como um subespaço nacional, elas podem estar mais ou menos integradas ou mais ou menos isoladas da dinâmica do país. O contato a partir das relações de vizinhança (amizade, integração, indiferença, hostilidades) é resultado da dinâmica econômica e política nacional de cada país. As relações e os decorrentes conflitos expressam-se nas estratégias empresariais que são definidas pelo mercado interno de cada país. É nesse contexto que está inserida a atividade reexportadora e, portanto o objetivo geral desse trabalho. Para analisar a dinâmica dessa atividade na fronteira do Brasil com o Paraguai, especificamente nos territórios conurbados, é preciso resgatar os conceitos de conurbação e cidades gêmeas, além da abordagem dos fluxos transfronteiriços. Metodologicamente, na seqüência apresentam-se as definições de reexportação bem como as implicações da política econômica brasileira e do Mercosul.

1. Algumas considerações conceituais: conurbação, cidades gêmeas e fluxos transfronteiriços.

De acordo com Benito (2003) a expressão conurbação surgiu no início do século XX e desde então vem sendo redefinida de modo a atender a necessidade de se qualificar alguns comportamentos urbanos. A continuidade física é o ponto de partida para a análise do território conurbado e em geral apresenta-se como resultado do crescimento de duas ou mais cidades.

Do ponto de vista da evolução da geografia urbana, diferentes abordagens e conceitos fizeram (e fazem) parte da conceitualização do termo, além disso, vários elementos, em menor ou maior grau, compõem o arcabouço teórico explicativo para tal expressão.

A conurbação configura-se como uma área urbana composta por um grupo de cidades organizadas. A partir dessa característica, outras podem ou não estar presentes, como a hierarquia; a autonomia do ponto de vista das atividades e da administração; a contigüidade das edificações, independente dos limites administrativos territoriais; junção das franjas de dois centros urbanos por meio da ocupação contínua e a dependência e especialização funcional.

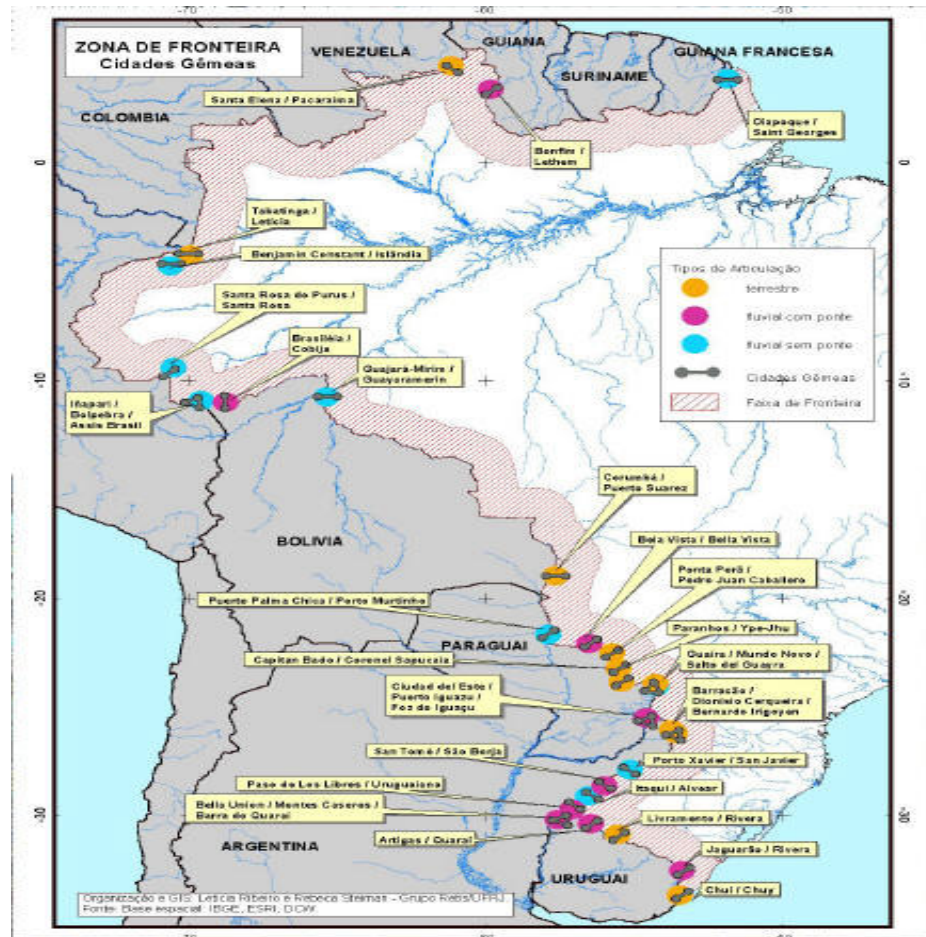
Diferentemente da aglomeração (que supõe maior dependência), a conurbação pressupõe a individualidade das cidades embora a densidade urbana e populacional implique em riscos e problemas oriundos da justaposição tanto pelo lado da demanda como da oferta de serviços públicos e privados.

Com relação ao tamanho, existem alguns exemplos de conurbação que envolvem milhões de habitantes, como na Europa e Estados Unidos (Chicago) e outros com cerca de 50.000 habitantes. Portanto, não é o aspecto demográfico o mais relevante para sua identificação.

É no âmbito da conurbação que navega outro termo: cidades-gêmeas.

Como nesse trabalho todos os conceitos abordados estão necessariamente inseridos no contexto da fronteira, retoma-se a temática através do trabalho de Machado (et. Al., 2005), que define a fronteira como um território de interação que apresenta uma paisagem específica e um componente social constituído por diferentes fluxos e interações transfronteiriços cuja territorialização define-se na forma de cidades-gêmeas.

De acordo com a Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (BRASIL, 2005), a fronteira brasileira apresenta diversos exemplos de cidades-gêmeas, como mostra a figura 1.1.



Fonte: Grupo Retis. Disponível em: <http://www.igeo.ufrj.br/gruporetis>.

Figura 1.1. Mapa das cidades-gêmeas na fronteira internacional do Brasil.

Embora não sejam muitos os exemplos de cidades-gêmeas em toda a extensão da fronteira internacional brasileira, estas se destacam em termos numéricos nos territórios dos Estados de Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, mas é na fronteira internacional do Paraná que se encontra o principal exemplo de cidades-gêmeas: Ciudad Del Este e Foz do Iguçu.

A particularidade comum dessa conformação urbana diz respeito ao “formato” da linha divisória: “O maior número e as mais importantes cidades-gêmeas ou estão localizadas em fronteira seca ou estão articuladas por pontes, seja de grande ou pequeno porte” (BRASIL, 2005, p. 153).

As cidades-gêmeas enquanto adensamentos populacionais cortados pela linha de fronteira possibilitam diferentes processos de integração (econômica, cultural, etc) e de conflitos que em geral não estão previstos na forma de leis, normas ou regulamentações. Além disso, o desenvolvimento nem sempre é simétrico nesse território dado que vigoram leis e objetivos de nacionalidades diferentes com estreita proximidade física posto que:

Tais assimetrias são interessantes por indicar, além de diferenças de grau de desenvolvimento econômico dos países, tipos diferentes de economia regional, e dinâmicas distintas de povoamento fronteiriço. Inserções mais favoráveis no espaço-rede nacional, condições geoambientais desfavoráveis ao povoamento, ausência de infra-estrutura de articulação entre as aglomerações vizinhas, relações políticas entre as unidades administrativas locais e o governo central são outros fatores que influem sobre a evolução urbana das cidades fronteiriças. (BRASIL, 2005, p. 154)

Contudo, o traçado urbano ou a disposição geográfica dessas cidades não é influenciado somente por características físicas, ao contrário, a ação dos atores institucionais, como unidades militares ou jurídico-administrativas, influenciou o processo de uso e ocupação do solo.

As cidades-gêmeas apresentam várias especificidades decorrentes das possibilidades dos fluxos transfronteiras. Esses fluxos são atinentes aos fatores trabalho, capital, terra (e outros recursos naturais) e serviços de consumo coletivo.

O fator trabalho apresenta mobilidade em resposta às oportunidades percebidas e tende a migrar para a porção territorial mais desenvolvida que oferece um número maior de possibilidades de trabalho, sejam elas formais ou informais, sazonais ou regulares. O resultado dessa interação é a redução das pressões demográficas e do desemprego, embora possa dar margem à exploração ilegal dos trabalhadores.

Os fluxos de capital se caracterizam pela dificuldade em sua mensuração e pela relativa imobilidade se comparada ao fator trabalho. A legislação brasileira normatiza tanto os fluxos de capital estrangeiro como impede que estrangeiros sejam proprietários de empresas no território brasileiro.

A mesma lei proíbe a instalação de empresas industriais com maioria de ações pertencentes a estrangeiros, o que não impede, por outro lado, que investidores brasileiros instalem unidades industriais e agroindustriais do lado menos desenvolvido em busca de trabalho barato e desorganizado (inclusive trabalhadores brasileiros residentes em qualquer uma das cidades-gêmeas), e de padrões ambientais menos rigorosos. Os lucros, no entanto, são invariavelmente drenados através da fronteira para o Brasil. (BRASIL, 2005, p. 157)

Os recursos naturais, incluindo a terra, apresentam custos menores do lado menos desenvolvido da fronteira atraindo investimentos dos indivíduos do lado oposto, como o que tem ocorrido com os brasileiros proprietários de terra no Paraguai e na Bolívia.

Os desníveis na oferta e disponibilidade dos serviços públicos, em especial saúde e educação, promovem outras interações que requerem a expansão dos recursos destinados para essas áreas.

Portanto, as interações em território de conurbação internacional apresentam diferentes implicações, haja vista a incidência e sobreposição de fatores e variáveis de diferentes nacionalidades. O resultado é um ambiente complexo do qual derivam diferentes problemáticas.

A partir desse entendimento, inicia-se o processo de delimitação da temática a ser investigada nesse trabalho: a dinâmica comercial no território da fronteira do Brasil com o Paraguai. E uma das expressões das relações comerciais na fronteira é a atividade reexportadora.

2. A Reexportação e o território de conurbação Brasil-Paraguai.

A fronteira do Brasil no contexto da América do Sul apresenta alguns números significativos. Segundo Costa e Gadelha (2005) trata-se da situação de vizinhança com dez países (15.719 Km.), envolve 588 municípios e um contingente populacional de aproximadamente 10 milhões de habitantes.

Embora os números por si só justificam a importância do território de fronteira, as dificuldades permanecem historicamente e se relacionam com o pouco desenvolvimento econômico e as dificuldades de acesso a bens e serviços públicos.

É no âmbito do desenvolvimento econômico que a temática reexportação tem ocupado o centro das discussões sobre as relações comerciais em território de fronteira, em especial a relação entre o Brasil e o Paraguai.

O mapa a seguir apresenta a fronteira internacional brasileira e destaca alguns municípios.



Fonte: Grupo Retis. Disponível em: <http://www.igeo.ufrj.br/gruporetis>.

Figura 2.1 – Mapa Zona de fronteira brasileira.

Para entender a problemática proposta é necessário apresentar o conceito e a contextualização que o tema requer.

O Código Aduaneiro do Paraguai apresenta a seguinte definição:

La reexportación es el tratamiento que permite la salida sin sujeción a las restricciones o prohibiciones económicas de las mercaderías extranjeras ingresadas al territorio aduanero que se encuentre: sometida al régimen suspensivo de admisión temporaria para perfeccionamiento activo. (Ley n° 2422/04, Sección 7, artículo 191)

Ou seja, a reexportação se refere à entrada de mercadorias em um país produzidas em outro com o objetivo de serem vendidas ao exterior independente da ocorrência do processo de transformação ou não dessa mercadoria no país que importou.

Alguns aspectos determinam essa prática como a inexistência de uma série de fatores tais como relações políticas e comerciais, rede adequada de transporte, técnicas e capitais suficientes para a transformação do produto por parte do país exportador (Ratti, 2000).

Portanto, a reexportação corresponde ao processo de entrada de bens finalizados ou não num determinado país com destino a um terceiro país, logo não se destina ao mercado consumidor interno do país importador.

Essa temática foi abordada por Penner (1998) que analisou o processo de reexportação e o movimento comercial e financeiro no Paraguai a partir de Ciudad Del Este¹.

Segundo o autor, inúmeras são as implicações (positivas e negativas) e dificuldades de análise da prática reexportadora em região de fronteira. Com relação a essa atividade, duas cidades paraguaias se destacam: Ciudad Del Este e Pedro Juan Caballero. Sendo que a primeira, de acordo com Kleinke (1997), compõe um dos pólos comerciais mais importantes do mundo, comparável a Miami e Hong Kong. Ambas fazem fronteira com o Brasil (Ponta Porã e Foz de Iguaçu) e estão comumente associadas às atividades ilegais como a comercialização de produtos falsificados, lavagem de dinheiro e operação de máfias internacionais.

O comércio entre cidades-gêmeas (e o contrabando) é prática comum em todas as áreas de fronteira, não sendo específico do Brasil ou do Paraguai, e deriva tanto do fluxo de bens e pessoas, como das possibilidades de usufruir as facilidades decorrentes das diferentes normas e legislações proporcionadas pela existência de dois estados-nacionais.

Essa atividade não é exclusividade do Paraguai e o Brasil direta ou indiretamente contribuiu para o arrefecimento da mesma. Segundo Campos e Pereira:

[...] no hubiera sido posible sin la complicidad activa del Brasil y sus autoridades. La política proteccionista activa de este país fue lo que dio sustentabilidad económica al esquema triangulador, que encontró asociados y mercados importantes en la alta burguesía, sobre todo paulista. (CAMPOS & PEREIRA, 2006, p. 6)

Segundo o trabalho do Ministério da Integração Nacional, o Paraguai, em especial, tornou-se entreposto comercial transfronteiriço enquanto alternativa econômica após a Guerra do Paraguai assim como:

Especializou-se em abrigar bancos que funcionavam como ponte para operações triangulares, mecanismo muito utilizado por empresas e o sistema bancário brasileiro durante os anos de inflação galopante. (BRASIL, 2005, p. 239)

Mas a partir da mudança da política econômica brasileira nos anos de 1990 (caracterizada pela abertura relativa às importações, controle inflacionário e reforma do sistema bancário brasileiro) as cidades-gêmeas perderam a “função” citada anteriormente.

De acordo com Penner (1998), o comércio fronteiriço em Ciudad Del Este teve início na década de 1960 a partir da comercialização de produtos para atender a demanda paraguaia. Além disso, nessa mesma década, comerciantes brasileiros e paraguaios inauguraram uma zona franca nessa região onde a importação poderia acontecer sem a incidência de impostos, iniciando então um tipo de comércio fronteiriço denominado de reexportação ou triangulação.

A partir de 1970, a normatização dessa atividade incluiu uma política tributária distinta, de modo a adotar uma modalidade única de impostos para a entrada dos produtos denominada Regime de Turismo que prevê o pagamento de vários impostos da legislação paraguaia (como o imposto de valor agregado / IVA, imposto seletivo ao consumo e imposto de renda), mas que conjuntamente não totalizam 10% do valor tributável.

Esse regime favoreceu, do ponto de vista da fiscalização e tributação, a comercialização de produtos importados aos turistas que por sua vez estimulou a atividade de importação e distribuição aos comerciantes paraguaios e comerciantes de alguns estados brasileiros.

Nesse contexto, Ciudad Del Este se tornou em 1971 a primeira Zona Franca Internacional daquele país e a partir dessa data registra-se a implantação de diferentes políticas aduaneiras no sentido de promover a diminuição das tarifas de importação e formalizar a atividade.

Posteriormente, a reexportação tornou-se uma das atividades econômicas mais importantes para a economia regional e prática extensiva a todo o país.

Apesar de sua importância, o tratamento estatístico dessa atividade não acontece haja vista que:

[...] que la aduana no registra la mayor parte del ingreso de mercaderías para reexportación ni tampoco la salida de bienes vendidos a turistas o comerciantes brasileños - que representan buena parte de esta actividad -, ya que salen del país en forma de contrabando hormiga o via el turismo de compra. (PENNER, 1998, p. 5).

Sendo assim, dois aspectos se destacam. O primeiro se refere ao próprio conceito de triangulação que em geral está associado à criminalidade, evasão ou contrabando. Em segundo lugar, está o fato de que o registro das operações relativas à reexportação não comumente corresponde ao volume comercializado efetivamente.

O comércio reexportador abrange uma lista de produtos bastante diversificada. Inicialmente relacionava-se com eletrônicos, bebidas e cigarros, e posteriormente se expandiu para produtos relacionados aos jogos e esportes, decoração, brinquedos e telefonia.

Os efeitos em cadeia não podem ser ignorados principalmente para o setor hoteleiro. A movimentação financeira também se altera, registrando aumento da demanda por trocas monetárias realizadas nas casas bancárias. Por outro lado, os efeitos negativos circundam a esfera do contrabando.

3. Implicações da política econômica brasileira e do Tratado do Mercosul no contexto da reexportação.

Do ponto de vista da base econômica do Paraguai, a mesma está pautada na agropecuária (com destaque para o gado, algodão e soja.) e na atividade reexportadora, sendo que até aproximadamente 1996, o comércio reexportador era o setor mais importante e responsável pelo aumento do Produto Interno Bruto desse país.

Em um trabalho ainda inédito, Campos e Pereira (2006) apontam algumas especificidades dessa atividade no Paraguai. Segundo os autores, historicamente o Paraguai desenvolveu relações comerciais próximas com a Argentina. Contudo, a partir do processo desenvolvido no Brasil denominado de Marcha para o Oeste, o Paraguai se “aproximou” do Brasil de modo que a construção da Ponte da Amizade nos anos de 1960 foi o esforço físico que exemplifica essa aproximação. Além disso:

Itaipu potencio y tranformó la referida ciudad y toda la zona. Sin embargo, lo que catapultó a este “polo de desarrollo” a la consideración internacional no fue la producción de energía eléctrica o la expansión de la frontera agrícola, sino el tema de la “triangulación comercial”, consistente en la reexportación de productos terminados desde bebidas alcohólicas (whisky, champagne, licores), cigarrillos americanos y europeos, perfumes, confecciones finas, etc, y, más tarde, bienes informáticos y telecomunicaciones. También armas, la piratería de CD’s y todo tipo de falsificación rápidamente encontraron terreno favorable. (CAMPOS e PEREIRA, 2006, p. 05)

Os primeiros anos de 1990 representaram um acelerado crescimento econômico para Ciudad Del Este, impulsionado pela expansão da atividade reexportadora centrada nos turistas

e comerciantes da região para “... pequeños comerciantes itinerantes que viajan desde diversas ciudades de Brasil y realizan compras en la ciudad con el objetivo de reventa en su país.”(PENNER,1998, p. 7).

As mudanças decorrentes da política econômica brasileira foram fontes de prosperidade comercial para as cidades fronteiriças paraguaias e proporcionou efeitos em cadeia. O turismo de compras estimulou a comercialização dos produtos importados, a abertura de novas lojas e principalmente a atividade distribuidora desses produtos.

A partir da segunda metade da década de 1990, registra-se o início do processo recessivo do setor de reexportação enquanto resposta às mudanças na política econômica brasileira (implantação do Plano Real), ao aumento dos custos de transação e “... la mayor competencia y globalización de los mercados de consumo en el Mercosur.” (PENNER, 1998, p. 10).

Porém, entende-se que não é apenas a política econômica brasileira (em especial a cambial e fiscal) que influencia o comportamento da atividade reexportadora no Paraguai. Algumas questões de ordem jurídica previstas no tratado do Mercosul apresentam imposições do ponto de vista da viabilidade e continuidade do comércio reexportador.

Com relação à unificação tarifária, Penner destaca:

Las hipótesis corriente es que la unificación de los aranceles en el Mercosur es el inicio de un proceso de agonía de la actividad comercial de Ciudad del Este. En el marco de la constitución de la unión aduanera del Mercosur en 1995, es estableció el arancel externo común para todos los productos y unas listas especiales para aquellos artículos que gozan de un arancel diferenciado por unos años más. Para el caso de Paraguay, los aranceles de dichos productos tienen tiempo hasta el año 2006 para unificarse. La tendencia de los aranceles de las listas de excepción es que están bajando para Brasil y subiendo para Paraguay, a fin de que queden unificados en el futuro. Por este motivo, muchos análisis sobre el futuro de la actividad de reexportación en el Paraguay, concluyen que en el año 2006 Ciudad del Este estaría en crisis debiendo iniciar por ello un proceso de reconversión industrial. (PENNER, 1998, p.10)

Diante desses aspectos, o desafio a ser transposto se refere à incidência de diferentes legislações e práticas aduaneiras que ainda não foram sistematizadas de modo a atenderem os objetivos do Mercosul.

4. Considerações Finais

A condição de fronteira internacional é apontada como razão da dinâmica de algumas cidades do país vizinho e a permeabilidade da fronteira está expressa na influência que a política econômica e o planejamento público brasileiro historicamente desempenharam sobre a realidade paraguaia. Contudo, a descontinuidade e a fragilidade também fazem parte da realidade da fronteira.

A primeira é definida pela relação com os países fornecedores dos produtos (e tecnologia) comercializados pelas empresas reexportadoras no Paraguai. Assim, o caráter global da fronteira é representado por suas relações comerciais com importantes portos mundiais que conformam as redes de relacionamento. Numa escala menor, as redes se desenham sobre o território brasileiro conferindo-lhe importância enquanto possibilidade logística.

A fragilidade está pautada pela dependência e vulnerabilidade em relação aos humores da política econômica brasileira, bem como em relação à moeda norte-americana que referencia todas as transações, os custos e os lucros e, portanto promove a homogeneização do dinheiro.

A comercialização de produtos globais no território de fronteira é o expoente da inserção dessa porção territorial na lógica do capital. A lógica do dinheiro e da informação está presente através da publicidade e da mídia que estimulam o consumo e o turismo de compras.

Porém, as relações comerciais e a reexportação não se limitam à comercialização de produtos que visam atender a criação constante de novas necessidades; são extensivas às atividades ilegais, desde a pirataria e contrabando até o crime organizado.

Por outro lado, a moeda brasileira valorizada em relação à moeda norte-americana estimula o consumo de produtos importados e a carga tributária brasileira estimula o consumo de produtos brasileiros comprados do outro lado da linha que se tornam mais baratos diante do tratamento diferenciado para exportação.

O ambiente favorável aos negócios, mesmo que fragilmente, encontra-se no lado paraguaio da fronteira embora ocorra apenas a comercialização de produtos com tecnologia e não a incorporação tecnológica e consequente agregação de valor uma vez que sem indústria, sem tecnologia e sem centros de pesquisa, as cidades paraguaias na fronteira com o Brasil se

“especializam” na comercialização dos produtos globais e se beneficiam pelo conjunto da política econômica brasileira.

Dialeticamente, é a atividade reexportadora que gera dinamismo e emprego nas cidades de fronteira, muito embora o principal consumidor não seja a população local.

Por outro lado, essa atividade não altera a condição de inserção da economia local: não prevê agregação de valor e a torna cada vez mais dependente dos humores externos uma vez que a lógica do capital não objetiva alterar essa condição.

5. Referências Bibliográficas

ABINZANO, Roberto Carlos. **Las regiones de frontera: espacios complejos de la resistencia global**. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Território sem limites: estudos sobre fronteiras. Campo Grande: UFMS, 2005.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Mercosul: fundamentos e perspectivas**. São Paulo: LTr, 1998.

BENDLIN, Cynthia. Procesos de integración y la regularización de la economía informal en ciudades de frontera. In: CASTELLO, Iara Regina. KOCH, Mirian Regina. OLIVEIRA, Naia. SCHAFFER, Neiva Otero. STROHAECKER, Tânia. (org.). **Fronteiras na América Latina: espaços em transformação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.

BENITO, Roberto del Amo. **Transformaciones economicas y câmbios sociodemograficos en el espacio de conurbacion Tarragona-Reus (1960-1996)**. In: www.tdx.cesca.es acessado em 31/08/06.

BENKO, Georges. LIPIETZ, Alain. O Novo debate Regional. In: **As regiões ganhadoras. Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica**. Oeiras: Celta Editora, 1994. (p. 3-15).

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: Bases de uma política integrada de desenvolvimento regional para a faixa de fronteira**. Brasília: MIN, 2005.

CAMPOS, Luis. PEREIRA, Carlos. **Transformación del ambiente de negócios em Ciudad del Este: Análisis y acciones de las Empresas de Bienes Informáticos y Telecomunicaciones (BIT), Electrónicos y otras Industrias**. Asuncion: 2006. No prelo.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2005 (8ª edição).

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CONCEIÇÃO, O . BIANCHINI, D. **A Companhia Matte Laranjeira e a ocupação da terra do Sul de Mato Grosso; 1880-1940**. Campo Grande: UFMS, 2000.

COSTA, Laís. GADELHA, Carlos A. Grabois. A Política Nacional de integração e desenvolvimento das fronteiras: O Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de Oliveira (org.). **Territórios sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: UFMS, 2005, p. 25-46.

FABIO, Yolanda Vazquez. **La maquila em Paraguay**. In: Población y Desarrollo. N° 26, ano XIV. San Lorenzo: Universidad Nacional de Asunción, Facultad de Ciências Econômicas, Dirección de Investigación y Extension, 2004.

FABIO, Yolanda Vazquez. **La maquila em Paraguay (II)**. In: Población y Desarrollo. N° 27, ano XIV. San Lorenzo: Universidad Nacional de Asunción, Facultad de Ciências Econômicas, Dirección de Investigación y Extension, 2004.

GOIRIS, Fabio Anibal Jará. **Descubriendo la frontera: historia, sociedad y política em Pedro Juan Caballero**. Ponta Grossa: Inpag, 1999.

GOIRIS, Fabio Anibal Jará. **Paraguay: ciclos adversos y cultura política**. Asunción: Servilibro, 2004.

GONÇALVES, Reinaldo. **Globalização e Desnacionalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GRUPO RETIS DE PESQUISA. Mapa cidades gêmeas. <http://www.igeo.ufrj.br/gruporetis>.

KLEINKE, Maria de Lourdes Urban (et. al.). O Paraíso dos outros. in SCHAFFER, Neiva Otero. STROHAECKER, Tânia. (org.). **Fronteiras na América Latina: espaços em transformação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.

LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. **Mato Grosso do Sul e Campo Grande: Articulações espaço-temporais**. Presidente Prudente: no prelo, 2000.

LAHORGUE, Maria Alice. Dinâmica espacial da produção e da população e as zonas de fronteira – reflexões sobre o Mercosul. In: SCHAFFER, Neiva Otero. STROHAECKER, Tânia. (org.). **Fronteiras na América Latina: espaços em transformação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.

MACHADO, João Bosco M. **Mercosul: Processo de Integração, origem, evolução e crise**. São Paulo: Aduaneiras, 2000.

MACHADO, Lia (et. Al.). O desenvolvimento da faixa de fronteira: uma proposta conceitual-metodológica. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de Oliveira (org.). **Territórios sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: UFMS, 2005, p. 87-112.

MÉLO, José Luiz Bica de. Reflexões conceituais sobre fronteira. In: SCHAFFER, Neiva Otero. STROHAECKER, Tânia. (org.). **Fronteiras na América Latina: espaços em transformação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.

MÉNDEZ, Ricardo. **Geografía económica - la lógica espacial del capitalismo global**. Barcelona: Ariel, 1997.

MOURA, Rosa. Dos espaços sem fronteiras às fronteiras dos espaços. In: SCHAFFER, Neiva Otero. STROHAECKER, Tânia. (org.). **Fronteiras na América Latina: espaços em transformação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.

MULLER, Ulrich. **Descentralización “desde abajo”**. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. **Território sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: UFMS, 2005.

OLIVEIRA, Naia. Áreas de fronteira na perspectiva da integração latino-americana. In: LEHNEN, Arno Carlos. CASTELLO, Iara Regina. SCHAFFER, Neiva Otero. (org.). **Fronteiras no Mercosul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de Oliveira. Tipologia das relações fronteiriças: elementos para o debate teórico-práticos. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de Oliveira (org.). **Territórios sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: UFMS, 2005, p. 377-408.

PARAGUAI. Ley n. 2422/2004. **Código Aduaneiro do Paraguai**. Disponível em: www.aduana.gov.py.

PÉBAYLE, RAYMOND. As regiões fronteiriças e o projeto de integração do Mercosul. In: LEHNEN, Arno Carlos. CASTELLO, Iara Regina. SCHAFFER, Neiva Otero. (org.). **Fronteiras no Mercosul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.

PENNER, Reinaldo. **Movimiento Comercial y Financiero de Ciudad del Este: Perspectivas dentro del proceso de integración**. Asunción: Banco Central del Paraguay, 1998. Disponível em <<http://www.bcp.gov.py/>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2005.

RAFFESTIN, Claude. A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de Oliveira (org.). **Territórios sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: UFMS, 2005, p. 09-15.

RAMÍREZ, Julio. Amambay: Evolución económica y potencialidades agropecuárias y turísticas. In: MASI, F. & BORDA, D. **Economías Regionales y Desarrollo Territorial**. CADEP, Asunción, 2002.

RATTI, Bruno. **Comércio Internacional e Câmbio**. São Paulo: Aduaneiras, 2000.

RIQUELME, Marcial Antonio. Migrações Brasileiras no Paraguai. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de Oliveira (org.). **Territórios sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: UFMS, 2005, p. 49-85.

SANTOS, Milton. **O Espaço dividido**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004 (2ª edição).

_____. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

_____ **Por uma outra globalização: do pensamento único á consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

SANTOS, Milton. SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

SCHAPOSNIK, Eduardo. **As teorias da integração e o mercosul: estratégias.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

SCHENONE, Carlos Roberto. CÁCERES, Eliodoro Ramon. **Mercado Común Del Sur: estructura y resoluciones desde su creación: 1991 – 2005.** Pedro Juan Caballero: 2005.

VÁSQUEZ, Fabricio. Las reconfiguraciones territoriales del Chaco Paraguayo: Entre espacio nacional y espacio mundial. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de Oliveira (org.). **Territórios sem limites: estudos sobre fronteiras.** Campo Grande: UFMS, 2005, p. 131-154.

VELTZ, Pierre. **Hierarquia e redes na organização da produção e do território.** in: BENKO, Georges. LIPIETZ, Alain. **As regiões ganhadoras. Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica.** Oeiras: Celta Editora, 1994 (p. 189-201).

VELTZ, Pierre. **Mundialización, ciudades y territorios.** Barcelona: Editorial Ariel, 1999.

ⁱ O trabalho de referência intitulado “Movimiento Comercial y Financiero de Ciudad Del Este perspectivas dentro del proceso de integración” foi desenvolvido através da Gerência de Estudos Econômicos do Banco Central do Paraguai em convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. O estudo é integrante do Programa de Melhoramento de Registro da Conta Corrente da Balança de Pagamentos do Paraguai. Uma das primeiras observações citadas no trabalho se refere ao desafio de uma investigação dessa natureza: buscar estatísticas e dados que sejam confiáveis em um país onde a economia e o comércio exterior apresentam como característica principal a informalidade.